



ATA DA 377ª (TRICENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SEXTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE UBERABA) – EXERCÍCIO 2019. No décimo oitavo (18) dia do mês de julho de 2019, às nove horas na sala de reuniões do IPSEV, situado a Rua São Sebastião, 91 realizou-se a reunião ordinária do Conselho Administrativo convocada pelo Presidente deste. Compareceram à reunião os seguintes membros titulares do Conselho Administrativo do IPSEV Gestão 2018 -2020: Arnaldo José Bizinoto, Gislaine Aparecida de Oliveira, Maria Claudia Farias Almeida, Moacir Felix Sobrinho, Taciana Castro Balduino, Wellington Gaia Presidente do IPSEV e João Batista Paranhos Júnior Superintendente Administrativo e Financeiro do IPSEV. Após a verificação do quórum, o Presidente do Conselho, Moacir Felix Sobrinho declarou aberta a reunião, cumprimentou e agradeceu a presença de todos. O presidente do Conselho passou então a leitura da pauta e a discussão de cada item.

I – Apresentação da prestação contas/balancetes contábeis de abril e maio de 2019: verificamos que a receita arrecadada até maio de 2019 foi de R\$ 62.595.301,36, uma despesa realizada no mesmo período de R\$ 29.660.108,92 e uma disponibilidade de caixa e aplicações no montante de R\$ 367.019.499,00 (trezentos e sessenta e sete milhões, dezenove mil, quatrocentos e noventa e nove reais). Constatamos que o IPSEV tem um saldo de parcelamento previdenciário a receber da Prefeitura de Uberaba, no valor de R\$ 32.586.235,00 (trinta e dois milhões, quinhentos e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais) e um saldo sem atualização, ainda a receber do Banco Santos de R\$ 954.216,12 (novecentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e dezesseis reais e doze centavos), quanto aos valores retidos de servidores ativos e aposentados em folhas de pagamentos e pendentes de recolhimentos, o Conselheiro Moacir Félix Sobrinho, informou na reunião que trata-se de imposto de renda, seguro de vida, empréstimo Caixa Econômica Federal e outras consignações no valor total de R\$ 7.557.707,42 (sete milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, setecentos e sete reais e quarenta e dois centavos) e que estas pendências vem ocorrendo há muito tempo e constado em ATAS anteriores e que precisa ser regularizado antes do final do exercício de 2019, trata-se de regularização contábil, entre PMU e IPSEV.

II – Apresentação do recolhimento das contribuições abril, maio e junho do ano de 2019. João Júnior disse que o que estava em aberto de abril foi pago pela Prefeitura. O total da contribuição patronal do Plano Previdenciário de Maio é de R\$1.301.538,21 (um milhão, trezentos e um mil, quinhentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos). A Prefeitura depositou o valor de R\$488.630,08 (quatrocentos e oitenta e oito mil, seiscentos e trinta reais e oito centavos) uma parte da contribuição patronal de maio ainda ficando em aberto R\$812.908,13 (oitocentos e doze mil, novecentos e oito reais e treze centavos). O mês de junho ainda está em aberto tanto as contribuições dos segurados do Plano previdenciário no valor de R\$1.429.962,69 (um milhão, quatrocentos e vinte e nove mil, novecentos e sessenta e dois reais e sessenta e nove centavos) e as contribuições patronais no valor de R\$1.286.613,95 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e treze reais e noventa e cinco centavos).

III – Apresentação do saldo de recursos aplicados, bem como o relatório de investimentos com parecer do Instituto do mês de junho. João Júnior entregou a documentação referente ao mês de junho e por meio de parecer da Superintendência

Administrativa e Financeira explicou que esse mês o IPSEPV atingiu uma impressionante rentabilidade de 2,12% contra uma meta de 0,51%, atingindo 416% da meta mensal e um acumulado de 6,82% no ano, versus uma meta de 5,21%, da meta acumulada no ano, meta anual batida em mais de 130%. O patrimônio líquido está em aproximadamente 370 milhões após rendimento mensal de R\$7.750.256,98 (sete milhões, setecentos e cinquenta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e noventa e oito centavos), patrimônio esse aplicado em instituições financeiras de grande porte (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BTG Pactual, Bradesco Icatu e Itaú). João Júnior ressaltou que apesar da volatilidade do mercado econômico, conseguimos um ótimo retorno sobre o patrimônio investido, isso se deu pelas mudanças sugeridas pela equipe financeira do Instituto e posteriormente aprovação do Comitê de Investimentos. Portanto o Conselho Administrativo do IPSEPV, enaltece o importante trabalho que vem sendo realizado pelos componentes do Comitê de Investimento durante os estudos técnicos e análises na boa gestão nas aplicações dos recursos financeiros do Instituto.

IV – Apresentação do cálculo atuarial com base em 21/12/2018. João Júnior apresentou o Certificado do Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA de 2018 e 2019, onde percebemos o agravamento da situação atuarial aumentando o déficit de 2018 que era de R\$334.765.273,92 (trezentos e trinta e quatro milhões, setecentos e sessenta e cinco mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos) para um déficit de R\$468.059.380,91 (quatrocentos e sessenta milhões, cinquenta e nove mil, trezentos e oitenta reais e noventa e um centavos). Um aumento de R\$133.294.106,99 (cento e trinta e três milhões, duzentos e noventa e quatro mil, cento e seis reais e noventa e nove centavos), onde percebemos que se faz necessário alguma ação urgente para equacionar o déficit, e caso não tenha nenhuma ação acarretará em um problema maior no futuro. A corrida para aposentadoria antes da reforma e a não aprovação do projeto de plano de custeio apresentado pelo IPSEPV ocasionou um aumento do déficit. Esgotado a pauta passou-se então a alguns outros assuntos: O conselheiro Moacir relatou sobre sua participação no 52º Congresso Nacional da ABIPEM (Associação Brasileira de Instituto de Previdência Estadual e Municipal) realizado na cidade de Foz do Iguaçu/PR, e que foi muito proveitoso, e se dispôs a fazer um encontro com os Conselheiros que se interessarem sobre todo o conteúdo apresentado no mesmo, bem como dos materiais disponibilizados e que em sua avaliação perante a diversos Institutos Previdenciários Nacionais, que participaram do Congresso. O IPSEPV está bem mais estruturado e atualizado com as Legislações Previdenciárias atuais bem como pela boa Gestão Financeira e Administrativa, entretanto, entendo que teremos que avançar no sentido de melhorar ainda mais a nossa capacidade financeira, visando o presente e o futuro do IPSEPV. João Júnior comentou também sobre a relevância e importância do IPSEPV no cenário Nacional. Wellington Gaia ressaltou sobre a gestão atual do Instituto, e que o Conselho Administrativo atual está compondo uma participação muito importante com a Gestão do Instituto, assim como a parceria com a Associação dos Aposentados. João Júnior apresentou alguns fatos do Pró-gestão, que hoje é facultativo, mas futuramente será obrigatório e que o Instituto já sai na frente pensando em uma melhoria da certificação profissional institucional, e que para os conselheiros é necessário a certificação pessoal com o CPA 10 e que o Conselho Administrativo faça o seu regimento próprio, e que estudaremos sobre o assunto. A conselheira Maria

Claudia relatou que houve esse mês uma reunião com os representantes do SINDEMU e a Assessoria Jurídica do Instituto para esclarecermos a respeito da obrigatoriedade da contribuição das verbas variáveis que no passado foi informado para os servidores que estaríamos contribuindo sobre todas as verbas para melhorar nossa aposentadoria e que isso não acontece de fato. Apesar de contribuir sobre todas as verbas variáveis durante o período ativo e não termos benefícios com essas contribuições para a aposentadora. Que se faz necessário esclarecer aos futuros servidores sobre esse assunto, informando-os corretamente e não de maneira equivocada como nós fomos. Que a legislação que está em vigor foi um engodo. É uma opção irretroatável e não foram prestadas as informações corretas a época para dos demais servidores. Foi questionado também a legalidade dessa situação já que existem vários processos de servidores a justiça referente a esse assunto. A mesma conselheira questionou a morosidade das ações do Instituto referente a questões da auditoria que foi realizada no IPSERV, que desde que tomamos posse em fevereiro de 2018, estamos cobrando. João Júnior explicou que a auditoria não abrangeu todos os aspectos necessários e por isso não foi aprovada e não houve pagamento sobre a prestação do serviço até a presente data. Sobre o organograma que está sendo elaborado, Júnior disse que nos apresentará a versão aprovada pela Administração do Instituto na próxima reunião e esclareceu que não haverá grande impacto, o Conselheiro Moacir Félix, informou que é necessário também anexar ao novo organograma o Demonstrativo da Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, (aumento real mensal e anual da despesa) nos termos do artigo 16 da Lei Federal nº 101/2000. Comentamos também sobre o Instituto ter um sistema específico de Previdência que atenda completamente as necessidades do mesmo. Percebemos que hoje a empresa de informática que atende o Instituto não está oferecendo adequadamente as demandas previdenciárias, tendo suas limitações e não disponibilizando, sistema de cálculos de aposentadorias, pensões, afastamentos dentre outros que são exigências de um sistema próprio de Previdência, o que dificulta em muito a agilidade do Instituto em todos os quesitos. João Junior, informou que está pesquisando alguns sistemas próprios para que possa ter uma ideia melhor do que seria necessário para o bom funcionamento do mesmo. O Conselho deliberou que a próxima reunião será realizada no dia 22/08/2019, devendo ser adotadas as medidas cabíveis. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 11 horas minutos e 40 minutos. Eu Maria Claudia Farias Almeida lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e demais membros do Conselho Administrativo:

Moacir Felix Sobrinho
Presidente do Conselho

Gislaine Aparecida de Oliveira
Vice-Presidente do Conselho

Maria Claudia Farias Almeida
Secretaria do Conselho

Arnaldo José Bizinoto
Conselheiro

Taciana de Castro Balduino
Conselheira

